

Sumário

1.	Introdução	9
2.	Decisão judicial, racionalidade, legalidade e discricionariedade.....	13
2.1.	Sentença e decisão judicial.....	13
2.1.1.	Sentença no CPC.....	14
2.1.2.	Espécies de sentenças	15
2.1.3.	Destinatários, eficácia e efeitos da sentença.....	22
2.1.4.	Elementos e aspectos de relevo da sentença	23
2.1.5.	Sentença e o dever de fundamentação	26
2.2.	O dispositivo da sentença é o que importa?	32
2.2.1.	<i>O obiter dictum</i>	35
2.2.2.	A escolha para uma teoria da validade do <i>obiter dictum</i>	37
2.2.3.	Os critérios para a validade	42
2.2.3.1.	A fundamentação jurídica	43
2.2.3.2.	O pedido ser juridicamente possível.....	46
2.2.3.3.	O dispositivo ser juridicamente e fisicamente possível	49
3.	Poder Judiciário, processo, democracia e hermenêutica	53
3.1.	A democracia: aspectos relevantes	54
3.2.	Democracia e garantias constitucionais do processo.....	64
3.2.1.	O princípio democrático e o acesso à jurisdição constitucio- nal	69

3.2.2. A legitimidade restrita para propositura das ações do controle concentrado	74
3.2.3. A eficácia vertical dos direitos fundamentais e sua aplicação nas relações horizontais.....	78
3.2.4. A teoria da negação da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	81
3.2.5. A teoria da eficácia mediata ou indireta dos direitos fundamentais	83
3.2.6. A teoria da eficácia direta ou imediata dos direitos fundamentais	85
 3.3. Crise do Estado, da Constituição e a hermenêutica	87
3.3.1. Crise da Constituição.....	91
3.3.2. A crise do Direito Processual.....	95
3.3.3. Hermenêutica e superação das complexidades.....	101
3.3.3.1. Do proceduralismo ao substancialismo: qual a melhor saída?	106
3.3.4. A superação da crise do processo revelada através da hermenêutica	111
 3.4. O Judiciário e democracia	119
3.4.1. A base democrática.....	119
3.4.2. O Judiciário brasileiro.....	129
3.4.3. A atuação do Judiciário como poder contramajoritário	137
 4. Mídias digitais, democracia e o Poder Judiciário	147
4.1. Mídias digitais.....	147
4.2. As redes sociais como fóruns públicos.....	152
4.3. A influência das redes sociais no poder público	157
4.4. Pôncio Pilatos? O Poder Judiciário pode ser influenciado?	161
4.4.1. O mito da neutralidade do julgador	178

4.4.2. Não se pode lavar as mãos: a decisão judicial não pode ser pautada pelo discurso midiático	184
4.4.2.1. A nulidade da fundamentação pela vontade da maioria	192
4.4.2.2. A crise na posição contramajoritária.....	195
Considerações finais	203
Referências	209